



SOMOS FEITOS DE VALORES

Relatório Anual 2020





CONSELHOS E DIRETORIA

MEMBROS DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Presidente: Francisco Carlos Bezerra da Silva

Vice-presidente: Agliberto Cravo Barroso

Conselheiro efetivo: Francisco Carlos Mesquita

Conselheiro efetivo: José Carlos Peixoto

MEMBROS DO CONSELHO FISCAL

Conselheira efetiva: Ana Paula dos Santos Pereira

Conselheiro efetivo: Paulo Sérgio Montenegro da Silva

Conselheiro efetivo: Paulo César da Silva

Conselheiro suplente: Flávio de Oliveira Pinheiro

Conselheiro suplente: José Olavo Guedes Pinto

Conselheira suplente: Rosângela Maria Blanco da Silva

DIRETORIA EXECUTIVA

Diretor Presidente: Mauro da Silva Alves

Diretor Administrativo Financeiro: Marcelo José da Silva Azeredo

Diretor Operacional: Carlos Soares de Souza

Diretora Social: Mina Fizsman



SUMÁRIO

Relatório da administração	05
Indicadores	08
BALANÇO PATRIMONIAL E DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS	
Balanço ativo	09
Balanço passivo	11
Demonstração de sobras ou perdas acumuladas	12
Demonstração de resultado abrangente	13
Demonstração das mutações do patrimônio líquido	14
Demonstração de fluxos de caixa	15
Notas explicativas	16
Relatório da auditoria sobre as demonstrações contábeis	38
Parecer do Conselho Fiscal	41



RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores Associados,

Submetemos à apreciação de V.S.as as demonstrações contábeis do exercício de 2020 da Cooperativa de Economia e Crédito Mútuo dos Empregados de Furnas e das Demais Empresas do Sistema Eletrobrás – SICOOB CECREMEF, na forma da Legislação em vigor.

1. POLÍTICA OPERACIONAL

Em 2020 o SICOOB CECREMEF completou 59 anos mantendo sua vocação de instituição voltada para fomentar o crédito para seu público alvo, os cooperados. A atuação junto aos seus cooperados se dá principalmente por meio da concessão de empréstimos e de captação de depósitos.

2. AVALIAÇÃO DE RESULTADOS

No exercício de 2020, o SICOOB CECREMEF obteve um resultado negativo de (R\$ 555.995,04).

3. ATIVOS

Os recursos depositados na centralização financeira somaram R\$ 232.556.485,60 e em títulos e valores mobiliários somam R\$ 79.692.588,62. Por sua vez a carteira de créditos representava R\$ 121.554.762,82. A carteira de crédito encontrava-se assim distribuída:

Carteira Comercial	R\$ 121.554.762,82	100%
---------------------------	--------------------	------

Os dez maiores devedores representavam, na data-base de 31/12/2020, o percentual de 30% da carteira, no montante de R\$ 36.904.909,94.

4. CAPTAÇÃO

As captações, no total de R\$ 389.583.182,85, apresentaram uma redução em relação ao mesmo período do exercício anterior de 1,43%. As captações encontravam-se assim distribuídas:

Depósito à vista	R\$ 38.732.788,04	9,94%
Depósito a prazo	R\$ 350.850.394,91	90,06%

Os dez maiores depositantes representavam, na data-base de 31/12/2020, o percentual de 10% da captação,

no montante de R\$ 38.206.019,67.

5. PATRIMÔNIO DE REFERÊNCIA

O patrimônio de referência do SICOOB CECREMEF era de R\$ 47.905.473,83. O quadro de associados era composto por 11.750 cooperados, havendo um crescimento de 2,25% em relação ao mesmo período do exercício anterior.

6. POLÍTICA DE CRÉDITO

A concessão de crédito está pautada em prévia análise do propenso tomador, havendo limites de alçadas pré estabelecidos a serem observados e cumpridos, cercado ainda a cooperativa de todas as consultas cadastrais e com análise do risco do associado e de suas operações por meio do "RATING" (ponderação da probabilidade de perda do tomador pela garantia fornecida), buscando assim garantir ao máximo a liquidez das operações.

O SICOOB CECREMEF adota a política de classificação de crédito de sua carteira de acordo com as diretrizes estabelecidas na Resolução CMN nº 2.682/99.

7. GOVERNANÇA CORPORATIVA

Governança corporativa é o conjunto de mecanismos e controles, internos e externos, que permitem aos associados definir e assegurar a execução dos objetivos da cooperativa, garantindo a sua continuidade, os princípios cooperativistas ou, simplesmente, a adoção de boas práticas de gestão.

Nesse sentido, a administração da Cooperativa tem na assembleia geral, que é a reunião de todos os associados, o poder maior de decisão.

A gestão da Cooperativa está alicerçada em papéis definidos, com clara separação de funções. Cabem ao Conselho de Administração as decisões estratégicas e à Diretoria Executiva, a gestão dos negócios da Cooperativa no seu dia a dia.

A Cooperativa possui ainda um Agente de Controles Internos, supervisionado diretamente pelo SICOOB CENTRAL RIO, que, por sua vez, faz as auditorias

internas.

Os balanços da Cooperativa são auditados por auditor externo, que emite relatórios, levados ao conhecimento dos Conselhos e da Diretoria. Todos esses processos são acompanhados e fiscalizados pelo Banco Central do Brasil, órgão ao qual cabe a competência de fiscalizar a Cooperativa.

Tendo em vista o risco que envolve a intermediação financeira, a Cooperativa adota ferramentas de gestão. Para exemplificar, na concessão de crédito, a Cooperativa adota o Manual de Crédito, aprovado, como muitos outros manuais, pelo Sicoob Confederação e homologado pela Central.

Além do Estatuto Social, são adotados regimentos e regulamentos, entre os quais destacamos o Regimento Interno, o Regimento do Conselho de Administração, o Regimento do Conselho Fiscal, o Regulamento Eleitoral.

A Cooperativa adota procedimentos para cumprir todas as normas contábeis e fiscais, além de ter uma política de remuneração de seus empregados e estagiários dentro de um plano de cargos e salários que contempla a remuneração adequada, a separação de funções e o gerenciamento do desempenho de todo o seu quadro funcional.

Todos esses mecanismos de controle, além de necessários, são fundamentais para levar aos associados e à sociedade em geral a transparência da gestão e de todas as atividades desenvolvidas pela instituição.

8. CONSELHO FISCAL

Eleito na AGO de 2019, com mandato até a AGO de 2022, o conselho fiscal tem função complementar à do conselho de administração. Sua responsabilidade é verificar de forma sistemática os atos da administração da cooperativa, bem como validar seus balancetes mensais e seu balanço patrimonial anual.

9. CÓDIGO DE ÉTICA

Todos os integrantes da equipe do SICOOB CECREMEF aderiram por meio de compromisso firmado, ao código de ética e de conduta profissional proposto pela Confederação Nacional das Cooperativas do SICOOB – SICOOB CONFEDERAÇÃO. A partir de então, todos os novos funcionários, ao ingressar na cooperativa, assumem o mesmo compromisso.

10. SISTEMA DE OUVIDORIA

A ouvidoria, constituída em 2007 representou um importante avanço a serviço dos cooperados, dispõe de diretor responsável pela área e de um ouvidor. Atende às manifestações recebidas por meio do sistema de ouvidoria do SICOOB, composto por sistema tecnológico específico, atendimento via DDG 0800 e sítio na internet integrado com o sistema informatizado de ouvidoria tendo a atribuição de assegurar o cumprimento das normas relacionadas aos direitos dos usuários de nossos produtos, além de atuar como canal de comunicação com os nossos associados e integrantes das comunidades onde estamos presentes.

No exercício de 2020, a ouvidoria do SICOOB CECREMEF registrou 112 manifestações de cooperados sobre a qualidade dos produtos e serviços oferecidos pela Cooperativa. Dentre elas, havia reclamações, pedidos de esclarecimento de dúvidas e solicitações de providências relacionadas principalmente a atendimento, conta corrente, cartão de crédito e operações de crédito.

Das 112 reclamações, 48 foram consideradas procedentes e resolvidas dentro dos prazos legais, de maneira satisfatória para as partes envolvidas, em perfeito acordo com o previsto na legislação vigente.

11. FUNDO GARANTIDOR DO COOPERATIVISMO DE CRÉDITO - FGCOOP

De acordo com seu estatuto, o Fundo Garantidor do Cooperativismo de Crédito- FGCoop tem por objeto prestar garantia de créditos nos casos de decretação de intervenção ou de liquidação extrajudicial de instituição associada, até o limite de R\$ 250 mil por associado, bem como contratar operações de assistência, de suporte financeiro e de liquidez com essas instituições. O Conselho Monetário Nacional (CMN) aprovou resolução que estabelece a forma de contribuição das instituições associadas ao Fundo Garantidor do Cooperativismo de Crédito (FGCoop), ratifica também seu estatuto e regulamento. Conforme previsto na Resolução CMN nº 4.150/12, esse fundo possui como instituições associadas todas as cooperativas singulares de crédito do Brasil e os bancos cooperativos integrantes do Sistema Nacional de Crédito Cooperativo (SNCC).

Conforme previsto no artigo 2º da Resolução CMN nº 4.284/13, a contribuição mensal ordinária das instituições associadas ao Fundo é de 0,0125%, dos



saldos das obrigações garantidas, que abrangem as mesmas modalidades protegidas pelo Fundo Garantidor de Créditos dos bancos, o FGC, ou seja, os depósitos à vista e a prazo, as letras de crédito do agronegócio, entre outros.

As contribuições ao FGCoop pelas instituições a ele associadas tiveram início a partir do mês de março de 2014 e recolhidas no prazo estabelecido no § 4º do art. 3º da Circular Bacen nº 3.700/14.

Ainda nos termos de seu estatuto, a governança do Fundo será exercida pela Assembleia Geral, pelo Conselho de Administração e pela Diretoria Executiva, e está estruturada de modo a permitir a efetiva representatividade das associadas, sejam elas cooperativas independentes ou filiadas a sistemas cooperativistas de crédito, sendo o direito de voto proporcional às respectivas contribuições ordinárias.

AGRADECIMENTOS

Agradecemos aos nossos associados pela preferência e confiança e aos funcionários e colaboradores pela dedicação.

Rio de Janeiro, RJ, 19 de fevereiro de 2021.

MAURO DA SILVA ALVES
Diretor Presidente

MARCELO JOSÉ DA SILVA AZEREDO
Diretor Administrativo/Financeiro

CARLOS SOARES DE SOUZA
Diretor Operacional

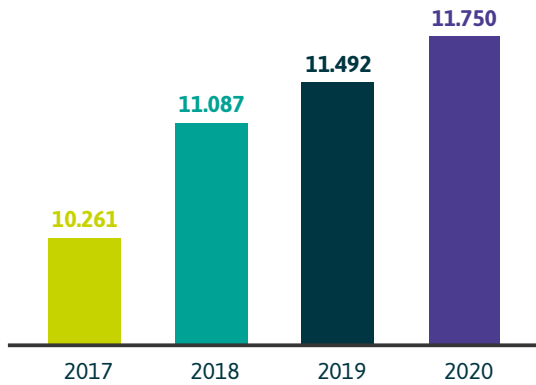
MINA FISZMAN
Diretora Social

INDICADORES

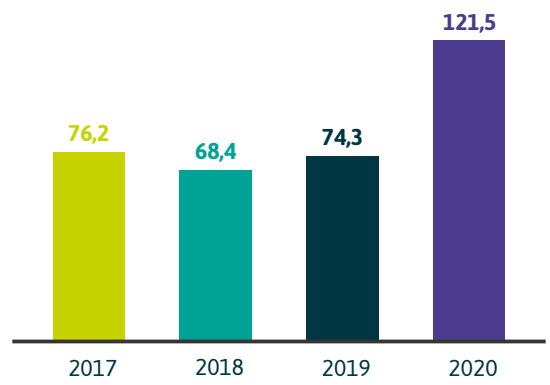
Sicoob Cecremef - Relatório Anual 2020

COOPERATIVA DE ECONOMIA E CRÉDITO MÚTUO DOS EMPREGADOS DE FURNAS E DAS DEMAIS EMPRESAS DO SISTEMA ELETROBRÁS LTDA - SICOOB CECREMEF - CNPJ/MF Nº 33.370.115/0001-27

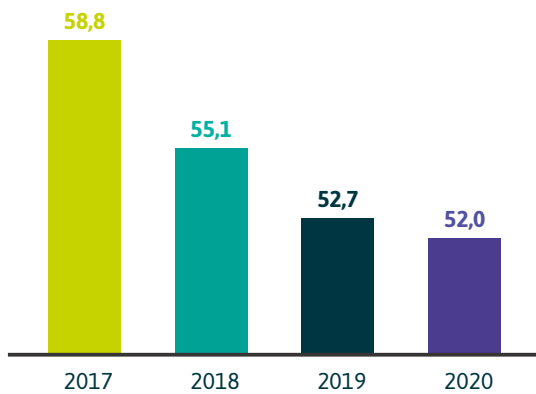
QUADRO SOCIAL
(EM NÚMEROS)



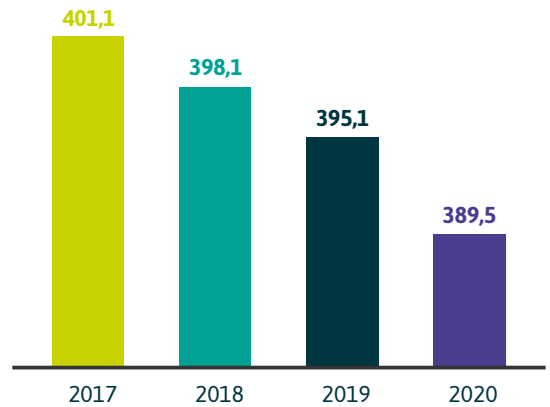
CARTEIRA DE CRÉDITO
(EM MILHÕES R\$)



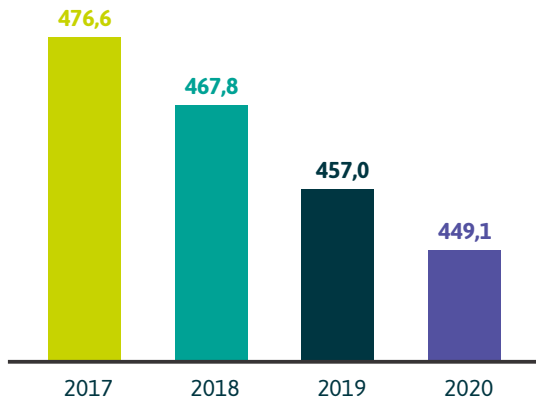
CAPITAL SOCIAL
(EM MILHÕES R\$)



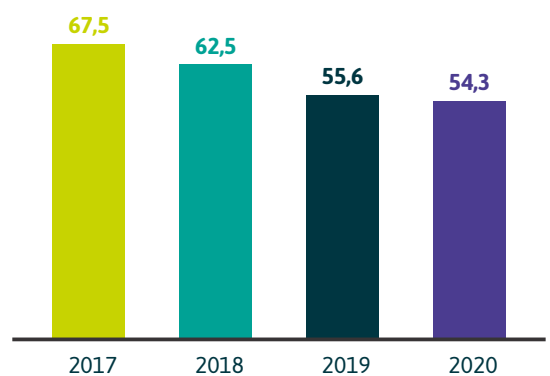
DEPÓSITOS TOTAIS
(EM MILHÕES R\$)



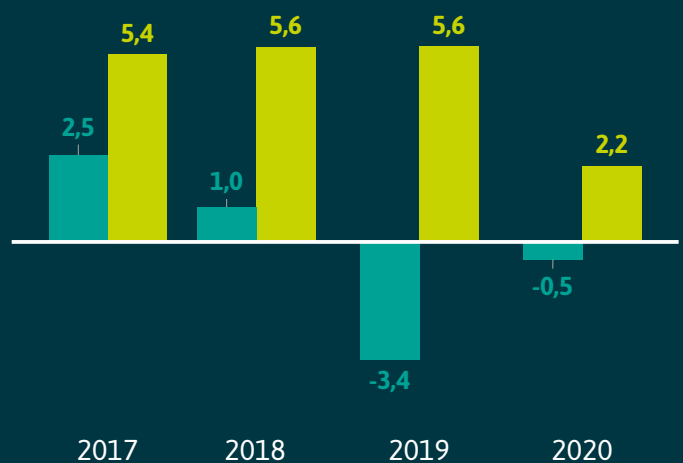
ATIVOS TOTAIS
(EM MILHÕES R\$)



PATRIMÔNIO LÍQUIDO
(EM MILHÕES R\$)



RESULTADO E FUNDOS DE RESERVA À DISPOSIÇÃO DA AGO 2020
(EM MILHÕES R\$)



■ Resultado ■ Fundo de Reserva



BALANÇO PATRIMONIAL E DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

ATIVO

DESCRIÇÃO	NOTAS	31/12/2020	31/12/2019
ATIVO		449.185.450,88	457.024.675,31
Circulante		290.077.491,72	380.614.253,36
Caixa e Equivalentes de Caixa	4	234.088.684,71	310.728.222,76
Disponibilidades		1.532.199,11	664.608,21
Centralização Financeira - Cooperativas		232.556.485,60	310.063.614,55
Instrumentos Financeiros	5	20.706.302,69	38.614.796,37
Títulos e Valores Mobiliários		20.706.302,69	38.614.796,37
Operações de Crédito	6	34.412.004,23	30.138.493,64
Empréstimos e Direitos Creditórios Descontados		36.212.027,64	32.038.171,29
(-) Provisão para Empréstimos e Direitos Creditórios Descontados		(2.820.142,20)	(2.772.493,28)
Financiamentos		1.132.679,38	953.838,88
(-) Provisão para Operações de Financiamentos		(112.560,59)	(81.023,25)
Outros Créditos	7	797.590,77	1.068.778,43
Créditos por Avais e Fianças Honradas		121.910,72	5.463,55
Rendas a Receber		1.407,15	-
Diversos		617.785,69	1.042.530,87
Ativos Fiscais Correntes e Diferidos		156.742,31	26.247,56
(-) Provisão para Outros Créditos de Liquidação Duvidosa		(100.255,10)	(5.463,55)
Outros Valores e Bens	8	72.909,32	63.962,16
Outros Valores e Bens		3.612,00	3.038,00
Despesas Antecipadas		69.297,32	60.924,16
Não Circulante		159.107.959,16	76.410.421,95
Realizável a Longo Prazo		138.593.225,48	57.930.568,50
Instrumentos Financeiros	5	58.986.285,93	20.124.039,91
Títulos e Valores Mobiliários		58.986.285,93	20.124.039,91

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

Valores expressos em R\$ (reais)

ATIVO

Operações de Crédito	6	79.559.453,48	37.764.717,41
Empréstimos e Direitos Creditórios Descontados		82.023.681,91	40.320.082,82
(-) Provisão para Empréstimos e Direitos Creditórios Descontados		(4.568.770,92)	(3.504.172,25)
Financiamentos		2.186.373,89	1.037.863,38
(-) Provisão para Operações de Financiamentos		(81.831,40)	(89.056,54)
Outros Créditos	7	47.486,07	41.811,18
Devedores por Depósitos em Garantia		47.486,07	41.811,18
Permanente		20.514.733,68	18.479.853,45
Investimentos	9	13.036.070,59	12.468.613,34
Participação em Cooperativa Central de Crédito		13.036.070,59	12.468.613,34
(-) Provisão para Perdas com Investimentos		(3.081.000,31)	(3.081.000,31)
Outras Participações		3.081.000,31	3.081.000,31
Imobilizado de Uso	10	7.426.724,67	5.955.756,80
Imobilizado de Uso		11.651.516,60	9.466.816,89
(-) Depreciação Acumulada do Imobilizado		(4.224.791,93)	(3.511.060,09)
Intangível	11	51.938,42	55.483,31
Ativos Intangíveis		862.290,58	838.375,44
(-) Amortização Acumulada dos Ativos Intangíveis		(810.352,16)	(782.892,13)
Total do Ativo		449.185.450,88	457.024.675,31

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

Valores expressos em R\$ (reais)



DESCRIÇÃO	NOTAS	31/12/2020	31/12/2019
PASSIVO		394.826.076,79	401.417.275,70
Circulante		394.667.049,62	401.204.380,89
Depósitos	12	389.562.162,04	395.225.296,16
Depósitos à Vista		38.732.788,04	26.967.173,12
Depósitos Sob Aviso		39.169.687,87	41.092.200,34
Depósitos à Prazo		311.659.686,13	327.165.922,70
Relações Interdependências	13	305.000,00	183.000,00
Recursos em Trânsito de Terceiros		305.000,00	183.000,00
Outras Obrigações	14	4.799.887,58	5.796.084,73
Cobrança e Arrecadação de Tributos e Assemelhados		4.087,01	11.251,63
Sociais e Estatutárias	14.1	2.570.824,16	3.357.413,91
Obrigações Fiscais Correntes e Diferidas	14.2	686.483,96	483.468,19
Diversas	14.3	1.538.492,45	1.943.951,00
Não Circulante		159.027,17	212.894,81
Depósitos	12	21.020,81	-
Depósitos à Prazo		21.020,81	-
Outras Obrigações	14	138.006,36	212.894,81
Diversas	14.3	3.966,29	8.464,79
Provisões Trabalhistas, Fiscais e Cíveis	14.3	134.040,07	204.430,02
PATRIMÔNIO LÍQUIDO		54.359.374,09	55.607.399,61
Capital Social	16	52.012.198,80	52.704.229,28
De Domiciliados No País		52.970.774,80	53.346.913,28
(-) Capital A Realizar		(958.576,00)	(642.684,00)
Outros Resultados Abrangentes		629.973,77	653.473,61
Reserva de Sobras		2.249.696,72	5.654.322,59
Total do Passivo e do Patrimônio Líquido		449.185.450,88	457.024.675,31

DEMONSTRAÇÃO DE SOBRAS OU PERDAS ACUMULADAS

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.
Valores expressos em R\$ (reais)

Descrição	Notas	2° Sem 2020	31/12/2020	2° Sem 2019	31/12/2019
Ingresso/Receita da Intermediação Financeira		13.505.925,71	29.015.178,00	19.725.666,51	40.487.999,47
Operações de Crédito	18	10.128.121,41	19.180.276,26	9.320.644,66	18.381.619,71
Resultado de Operações com Tit. e Valores Mobil. e Instr. Financeiros		837.076,54	2.138.419,48	2.005.214,11	4.133.660,51
Ingressos de Depósitos Intercorrelativos		2.540.727,76	7.696.482,26	8.399.807,74	17.972.719,25
Dispêndio da Intermediação Financeira	19	(6.703.061,24)	(16.773.642,17)	(13.886.904,58)	(28.162.011,43)
Operações de Captação no Mercado	12.b	(3.829.611,20)	(10.497.611,69)	(10.625.036,71)	(22.441.322,97)
Provisão/Reversão para Operações de Créditos		(2.873.450,04)	(6.276.030,48)	(3.261.867,87)	(5.720.688,46)
Resultado Bruto da Intermediação Financeira		6.802.864,47	12.241.535,83	5.838.761,93	12.325.988,04
Outros Ingressos/Receitas (Dispêndios/Despesas) Operacionais		(6.146.245,08)	(12.486.800,80)	(7.800.253,46)	(15.469.291,86)
Receita (Ingressos) de Prestação de Serviço	20	1.636.703,05	2.861.199,68	1.102.842,59	2.002.064,69
Rendas (Ingressos) de Tarifas	21	659.942,33	960.302,95	282.710,59	445.756,31
Despesa (Dispêndios) de Pessoal	22	(4.616.066,22)	(9.149.691,58)	(6.674.604,93)	(12.576.855,97)
Despesas (Dispêndios) Administrativas	23	(4.910.713,22)	(9.489.768,34)	(4.297.127,57)	(8.353.362,52)
Despesas (Dispêndios) Tributárias		(164.155,39)	(309.871,92)	(133.088,07)	(243.776,33)
Outras Receitas (Ingressos) Operacionais	24	1.531.694,71	2.905.313,50	2.278.695,11	3.985.199,47
Outras Despesas (Dispêndios) Operacionais	25	(151.465,37)	(270.516,34)	(431.279,09)	(840.998,29)
Despesas (Dispêndios) de Provisão para Passivos Contingentes	25	(98.489,25)	20.591,05	81.619,11	54.215,16
Despesas (Dispêndios) de Provisão para Garantias Prestadas	25	(33.695,72)	(14.359,80)	(10.021,20)	58.465,62
Resultado Operacional		656.619,39	(245.264,97)	(1.961.491,53)	(3.143.303,82)
Outras Receitas e Despesas	26	(5.522,13)	(6.345,76)	7.541,15	(32.270,10)
Outras Receitas		2.767,71	144.329,68	11.699,50	29.673,73
Outras Despesas		(8.261,04)	(150.646,64)	(4.158,35)	(61.943,83)
Outras Despesas/Receitas de Provisões		(28,80)	(28,80)	-	-
Resultado Antes da Tributação e Participações		651.097,26	(251.610,73)	(1.953.950,38)	(3.175.573,92)
Imposto de Rendas		(124.989,38)	(179.793,02)	(76.936,24)	(148.844,87)
Contribuição Social		(88.521,62)	(124.591,29)	(53.361,74)	(103.706,92)
Sobras/Perdas Antes das Destinações		437.586,26	(555.995,04)	(2.084.248,36)	(3.428.125,71)
Resultado Antes dos Juros ao Capital		437.586,26	(555.995,04)	(2.084.248,36)	(3.428.125,71)
Sobras/Perdas Líquidas		437.586,26	(555.995,04)	(2.084.248,36)	(3.428.125,71)



DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADO ABRANGENTE

DRA	Notas	2º Sem 2020	31/12/2020	2º Sem 2019	31/12/2019
Sobras/ Perdas Líquidas		437.586,26	(555.995,04)	(2.084.248,36)	(3.428.125,71)
Outros resultados abrangentes		11.749,92	23.499,84	11.749,92	23.499,84
Total do resultado abrangente		449.336,18	(532.495,20)	(2.072.498,44)	(3.404.625,87)

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

Valores expressos em R\$ (reais)

DEMONST. DAS MUT. DE PATRIMÔ. LÍQUIDO

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.
Valores expressos em R\$ (reais)

Eventos	Capital		Reservas de Sobras			Sobras ou Perdas Acumuladas	TOTALS
	Capital Subscrito	Capital a Realizar	Reserva de Reavalição	Reserva Legal	Sobras ou Perdas Acumuladas		
Saldo em 31/12/2018	55.556.260,75	(396.923,00)	676.973,45	5.654.322,59	1.018.608,20	62.509.241,99	
Destinações de Sobras Exercício Anterior:							
Ao FATES	-	-	-	-	(600.000,00)	(600.000,00)	
Em Conta Corrente do Associado	-	-	-	-	(409.485,54)	(409.485,54)	
Ao Capital	2.128,34	-	-	-	(2.128,34)	-	
Cotas de Capital a Pagar - Ex associados	-	-	-	-	(6.994,32)	(6.994,32)	
Movimentação de Capital:							
Por Subscrição/Realização	3.862.571,94	(245.761,00)	-	-	-	3.616.810,94	
Por Devolução (-)	(5.558.830,00)	-	-	-	-	(5.558.830,00)	
Estorno de Capital	(515.217,75)	-	-	-	-	(515.217,75)	
Reversões de Reservas			(23.499,84)	-	23.499,84	-	
Sobras ou Perdas Brutas					(3.428.125,71)	(3.428.125,71)	
Saldo em 31/12/2019	53.346.913,28	(642.684,00)	653.473,61	5.654.322,59	(3.404.625,87)	55.607.399,61	
Destinações de Sobras Exercício Anterior:							
Constituição de Reservas	-	-	-	(3.404.625,87)	3.404.625,87	-	
Movimentação de Capital:							
Por Subscrição/Realização	3.452.122,12	(315.892,00)	-	-	-	3.136.230,12	
Por Devolução (-)	(3.828.176,60)	-	-	-	-	(3.828.176,60)	
Estorno de Capital	(84,00)	-	-	-	-	(84,00)	
Reversões de Reservas			(23.499,84)	-	23.499,84	-	
Sobras ou Perdas Brutas					(555.995,04)	(555.995,04)	
Saldo em 31/12/2020	52.970.774,80	(958.576,00)	629.973,77	2.249.696,72	(532.495,20)	54.359.374,09	
Saldo em 31/12/2019	54.709.350,06	(514.654,00)	665.223,53	5.654.322,59	(1.332.127,43)	59.182.114,75	
Movimentação de Capital:							
Por Subscrição/Realização	1.757.844,21	(128.030,00)	-	-	-	1.629.814,21	
Por Devolução (-)	(3.120.280,99)	-	-	-	-	(3.120.280,99)	
Reversões de Reservas			(11.749,92)	-	11.749,92	-	
Sobras ou Perdas Brutas					(2.084.248,36)	(2.084.248,36)	
Saldo em 31/12/2019	53.346.913,28	(642.684,00)	653.473,61	5.654.322,59	(3.404.625,87)	55.607.399,61	
Saldo em 31/12/2020	53.126.991,69	(803.477,00)	641.723,69	5.654.322,59	(4.386.457,25)	54.233.103,72	
Destinações de Sobras Exercício Anterior:							
Constituição de Reservas	-	-	-	(3.404.625,87)	3.404.625,87	-	
Movimentação de Capital:							
Por Subscrição/Realização	1.731.704,21	(155.099,00)	-	-	-	1.576.605,21	
Por Devolução (-)	(1.887.837,10)	-	-	-	-	(1.887.837,10)	
Estorno de Capital	(84,00)	-	-	-	-	(84,00)	
Reversões de Reservas			(11.749,92)	-	11.749,92	-	
Sobras ou Perdas Brutas					437.586,26	437.586,26	
Saldo em 31/12/2020	52.970.774,80	(958.576,00)	629.973,77	2.249.696,72	(532.495,20)	54.359.374,09	



DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

Descrição	Notas	2º Sem 2020	31/12/2020	2º Sem 2019	31/12/2019
Atividades Operacionais					
Sobras/Perdas Antes das Destinações		437.586,26	(555.995,04)	(2.084.248,36)	(3.428.125,71)
Juros ao Capital Recebido		(346.171,57)	(346.171,57)	(629.223,52)	(629.223,52)
Distribuição de Sobras e Dividendos		(73.068,68)	(73.068,68)	-	(355.935,84)
Provisão/Reversão para Operações de Créditos		2.873.450,04	6.276.030,48	3.261.867,87	5.720.688,46
Provisão/Reversão para Garantias Prestadas		170.229,88	314.426,37	172.436,30	329.170,35
Provisão/Reversão Com Passivos Contingentes		98.489,25	119.713,03	30.962,38	58.366,33
Atualização de depósitos em garantia		(4.555,34)	(4.671,95)	-	-
Depreciações e Amortizações		679.036,57	1.136.319,08	401.533,63	732.874,46
Sobras/Perdas Ajustadas antes das destinações		3.834.996,41	6.866.581,72	1.153.328,30	2.427.814,53
Titulos e Valores Mobiliários		(5.652.409,40)	(20.953.752,34)	10.546.764,45	(1.581.681,95)
Operações de Crédito		(44.931.566,12)	(52.344.277,14)	(6.284.731,46)	(8.516.929,66)
Outros Créditos		1.986.100,21	270.184,72	202.542,82	1.281.056,23
Outros Valores e Bens		71.015,66	(8.947,16)	349.565,02	456.007,10
Depósitos à Vista		15.127.836,11	11.765.614,92	13.079.949,10	10.777.483,66
Depósitos sob Aviso		(1.287.325,62)	(1.922.512,47)	(729.445,57)	(1.348.730,47)
Depósitos à Prazo		(5.992.233,60)	(15.485.215,76)	(7.557.606,04)	(12.348.986,59)
Relações Interdependências		205.000,00	122.000,00	64.052,00	(63.044,99)
Outras Obrigações		(2.075.740,67)	(1.200.840,69)	1.328.945,19	(1.016.677,27)
Destinação de Sobras Exercício Anterior ao FATES		-	-	-	(600.000,00)
Imposto de Renda		(124.989,38)	(179.793,02)	(76.936,24)	(148.844,87)
Contribuição Social		(88.521,62)	(124.591,29)	(53.361,74)	(103.706,92)
Caixa Líquido Aplicado / Originado em Atividades Operacionais		(38.927.838,02)	(73.195.548,51)	12.023.065,83	(10.786.241,20)
Atividades de Investimentos					
Distribuição Sobras da Central		73.068,68	73.068,68	-	355.935,84
Recebimento de Juros ao Capital		346.171,57	346.171,57	629.223,52	629.223,52
Aquisição de Intangível		(5.604,49)	(23.915,14)	(0,00)	(0,00)
Aquisição de Imobilizado de Uso		(2.024.045,09)	(2.579.826,92)	(741.856,95)	(1.804.760,34)
Aquisição de investimentos		(478.643,70)	(567.457,25)	(697.640,09)	(764.858,55)
Caixa Líquido Aplicado / Originado em Investimentos		(2.089.053,03)	(2.751.959,06)	(810.273,52)	(1.584.459,53)
Atividades de Financiamentos					
Aumento por Novos Aportes de Capital		1.576.605,21	3.136.230,12	1.629.814,21	3.616.810,94
Devolução de Capital à Cooperados		(1.887.837,10)	(3.828.176,60)	(3.120.280,99)	(5.558.830,00)
Estorno/Cancelamento de Capital		(84,00)	(84,00)	-	(515.217,75)
Destinação de Sobras Exercício Anterior Cotas de Capital à Pagar		-	-	-	(6.994,32)
Destinação de Sobras Exercício Anterior em C/C Associados		-	-	-	(409.485,54)
Caixa Líquido Aplicado / Originado em Financiamentos		(311.315,89)	(692.030,48)	(1.490.466,78)	(2.873.716,67)
Aumento / Redução Líquida de Caixa e Equivalentes de Caixa		(41.328.206,94)	(76.639.538,05)	9.722.325,53	(15.244.417,40)
Modificações em de Caixa e Equivalentes de Caixa Líquidas		-	-	-	-
Caixa e Equivalentes de Caixa no Início do Período		275.416.891,65	310.728.222,76	301.005.897,23	325.972.640,16
Caixa e Equivalentes de Caixa no Fim do Período		234.088.684,71	234.088.684,71	310.728.222,76	310.728.222,76
Variação Líquida de Caixa e Equivalentes de Caixa		(41.328.206,94)	(76.639.538,05)	9.722.325,53	(15.244.417,40)

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

Valores expressos em R\$ (reais)

NOTAS EXPLICATIVAS

DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A COOPERATIVA DE ECONOMIA E CRÉDITO MÚTUO DOS EMPREGADOS DE FURNAS E DAS DEMAIS EMPRESAS DO SISTEMA ELETROBRÁS LTDA - SICOOB CECREMEF, é uma cooperativa de crédito singular, instituição financeira não bancária, fundada em 17/03/1961, filiada à COOPERATIVA CENTRAL DE CREDITO DO RIO DE JANEIRO LTDA – SICOOB CENTRAL RIO e componente da Confederação Nacional das Cooperativas do SICOOB – SICOOB CONFEDERAÇÃO, em conjunto com outras cooperativas singulares e centrais. Tem sua constituição e o funcionamento regulamentados pela Lei nº 4.595/1964, que dispõe sobre a Política e as Instituições Monetárias, Bancárias e Creditícias, pela Lei nº 5.764/1971, que define a Política Nacional do Cooperativismo, pela Lei Complementar nº 130/2009, que dispõe sobre o Sistema Nacional de Crédito Cooperativo e pela Resolução CMN nº 4.434/2015, do Conselho Monetário Nacional, que dispõe sobre a constituição e funcionamento de cooperativas de crédito.

O SICOOB CECREMEF, possui 13 Postos de Atendimento (PAs) nas seguintes localidades: ANGRA DOS REIS - RJ, RIO DE JANEIRO - RJ, PARATI - RJ, SÃO JOSÉ DA BARRA - MG, TRÊS RIOS - RJ, NITERÓI - RJ, PETRÓPOLIS - RJ.

O SICOOB CECREMEF tem como atividade preponderante a operação na área creditícia, tendo como finalidade:

- (i) Proporcionar, através da mutualidade, assistência financeira aos associados;
- (ii) A formação educacional de seus associados, no sentido de fomentar o cooperativismo, através da ajuda mútua da economia sistemática e do uso adequado do crédito; e
- (iii) Praticar, nos termos dos normativos vigentes, as seguintes operações dentre outras: captação de recursos, concessão de créditos, prestação de garantias, prestação de serviços, formalização de convênios com outras instituições financeiras e

aplicação de recursos no mercado financeiro, inclusive depósitos a prazo com ou sem emissão de certificado, visando preservar o poder de compra da moeda e remunerar os recursos.

2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

As demonstrações contábeis foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições financeiras autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil – BACEN, considerando as Normas Brasileiras de Contabilidade, especificamente àquelas aplicáveis às entidades Cooperativas, a Lei do Cooperativismo nº 5.764/71 e normas e instruções do BACEN, apresentadas conforme Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional – COSIF, e sua emissão foi autorizada pela Diretoria Executiva em 19/02/2021.

Em função do processo de convergência com as normas internacionais de contabilidade, algumas normas e interpretações foram emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), as quais serão aplicáveis às instituições financeiras somente quando aprovadas pelo BACEN, naquilo que não confrontar com as normas por ele já emitidas anteriormente. Os pronunciamentos contábeis já aprovados, por meio das Resoluções do CMN, foram aplicados integralmente na elaboração destas Demonstrações Contábeis.

2.1. MUDANÇAS NAS POLÍTICAS CONTÁBEIS E DIVULGAÇÃO

a) Mudanças em vigor

O Banco Central emitiu a Resolução CMN nº 4.720 de 30 de maio de 2019, Resolução CMN nº 4.818 de 29 de maio de 2020, Circular nº 3.959 de 4 de setembro de 2019 e Resolução BCB nº 2 de 12 de agosto de 2020, as quais apresentam as premissas para elaboração das demonstrações financeiras obrigatórias e os procedimentos mínimos que devem ser



levados na elaboração das demonstrações financeiras em 2020.

b) Mudanças a serem aplicadas em períodos futuros

Apresentamos abaixo um resumo sobre as novas normas que foram recentemente emitidas pelos órgãos reguladores, ainda a serem adotadas pela Cooperativa:

Resolução CMN 4.817, de 29 de maio de 2020. A norma estabelece os critérios para mensuração e reconhecimento contábeis, pelas instituições financeiras, de investimentos em coligadas, controladas e controladas em conjunto, no Brasil e no exterior, inclusive operações de aquisição de participações, no caso de investidas no exterior, estabelece critérios de variação cambial; avaliação pelo método da equivalência patrimonial; investimentos mantidos para venda; e operações de incorporação, fusão e cisão.

A Resolução CMN 4.817/20 entra em vigor em 1º de janeiro de 2022.

A Cooperativa iniciou a avaliação dos impactos da adoção dos novos normativos. Eventuais impactos decorrentes da conclusão da avaliação serão considerados até a data de vigência de cada normativo.

2.2. CONTINUIDADE DOS NEGÓCIOS E EFEITOS DA PANDEMIA DE COVID-19 “NOVO CORONAVÍRUS”

A Administração avaliou a capacidade de a Cooperativa continuar operando normalmente e está convencida de que possui recursos suficientes para dar continuidade a seus negócios no futuro.

Mesmo com ineditismo da situação, tendo em vista a experiência da Cooperativa no gerenciamento e monitoramento de riscos, capital e liquidez, com auxílio das estruturas centralizadas do Sicoob, bem como as informações existentes no momento dessa avaliação, não foram identificados indícios de quaisquer eventos que possam interromper suas operações em um futuro previsível. A

COOPERATIVA DE ECONOMIA E CRÉDITO MÚTUO DOS EMPREGADOS DE FURNAS E DAS DEMAIS EMPRESAS DO SISTEMA ELETROBRÁS LTDA junto a seus associados, colaboradores e a comunidade estamos fazendo nossa parte para evitar a propagação do Novo Coronavírus, seguindo as recomendações e orientações do Ministério da Saúde, e adotando alternativas que auxiliam no cumprimento da nossa missão:

- Sanitização de todas as dependências;
- Disponibilização EPI's (protetor facial, máscaras e álcool em gel) para todos os colaboradores;
- Disponibilização de medidores de temperatura e recipientes com álcool em gel em todas as dependências;
- Introdução do Home Office e Teletrabalho aos colaboradores da retaguarda;
- Rodízio de colaboradores nos pontos de atendimento;

3. RESUMO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

a) Apuração do resultado

Os ingressos/receitas e os dispêndios/despesas são registrados de acordo com o regime de competência.

As receitas com prestação de serviços, típicas ao sistema financeiro, são reconhecidas quando da prestação de serviços ao associado ou a terceiros.

Os dispêndios e as despesas e os ingressos e receitas operacionais, são proporcionalizados de acordo com os montantes do ingresso bruto de ato cooperativo e da receita bruta de ato não-cooperativo, quando não identificados com cada atividade.

b) Estimativas contábeis

Na elaboração das demonstrações contábeis faz-se necessário utilizar estimativas para determinar o valor de certos ativos, passivos e outras transações considerando a melhor informação disponível. Incluem, portanto, estimativas referentes à provisão para créditos de liquidação duvidosa, à vida útil dos bens do ativo imobilizado, provisões para causas judiciais, dentre outros. Os resultados reais podem apresentar variação em relação às estimativas utilizadas.

c) Caixa e equivalentes de caixa

Composto pelas disponibilidades, pela Centralização Financeira mantida na Central e por aplicações financeiras de curto prazo, de alta liquidez, com risco insignificante de mudança de valores e limites e, com prazo de vencimento igual ou inferior a 90 dias a contar da data de aquisição.

d) Aplicações interfinanceiras de liquidez

Representam operações a preços fixos referentes às compras de títulos com compromisso de revenda e aplicações em depósitos interfinanceiros e estão demonstradas pelo valor de resgate, líquidas dos rendimentos a apropriar correspondentes a períodos futuros.

e) Títulos e valores mobiliários

A carteira está composta por títulos de renda fixa e renda variável, os quais são apresentados pelo custo acrescido dos rendimentos auferidos até a data do Balanço, ajustados aos respectivos valores de mercado, conforme aplicável.

f) Operações de crédito

As operações de crédito com encargos financeiros pré-fixados são registradas a valor futuro, retificadas por conta de rendas a apropriar e as operações de crédito pós-fixadas são registradas a valor presente, calculadas por critério "*pro rata temporis*", com base na variação dos respectivos indexadores pactuados.

g) Provisão para operações de crédito

Constituída em montante julgado suficiente pela Administração para cobrir eventuais perdas na realização dos valores a receber, levando-se em consideração a análise das operações em aberto, as garantias existentes, a experiência passada, a capacidade de pagamento e liquidez do tomador do crédito e os riscos específicos apresentados em cada operação, além da conjuntura econômica.

As Resoluções CMN nº 2.697/2000 e 2.682/1999 estabeleceram os critérios para classificação das operações de crédito definindo regras para constituição da provisão para operações de crédito, as quais estabelecem nove níveis de risco, de AA (risco mínimo) a H (risco máximo).

h) Depósitos em garantia

Existem situações em que a cooperativa questiona a

legitimidade de determinados passivos ou ações em que figura como polo passivo. Por conta desses questionamentos, por ordem judicial ou por estratégia da própria administração, os valores em questão podem ser depositados em juízo, sem que haja a caracterização da liquidação do passivo.

i) Investimentos

Representados substancialmente por quotas do SICOOB CENTRAL RIO e ações do Bancoob, avaliadas pelo método de custo de aquisição.

j) Imobilizado

Equipamentos de processamento de dados, móveis, utensílios e outros equipamentos, instalações, edificações, veículos, benfeitorias em imóveis de terceiros e softwares, são demonstrados pelo custo de aquisição, deduzido da depreciação acumulada. A depreciação é calculada pelo método linear para reduzir o custo de cada ativo a seus valores residuais de acordo com as taxas aplicáveis e levam em consideração a vida útil econômica dos bens.

k) Intangível

Correspondem aos direitos adquiridos que tenham por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção da Cooperativa ou exercidos com essa finalidade. Os ativos intangíveis com vida útil definida são geralmente amortizados de forma linear no decorrer de um período estimado de benefício econômico.

l) Ativos contingentes

Não são reconhecidos contabilmente, exceto quando a Administração possui total controle da situação ou quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis sobre as quais não cabem mais recursos contrários, caracterizando o ganho como praticamente certo. Os ativos contingentes com probabilidade de êxito provável, quando aplicável, são apenas divulgados em notas explicativas às demonstrações contábeis.

m) Obrigações por empréstimos e repasses

As obrigações por empréstimos e repasses são reconhecidas inicialmente no recebimento dos recursos, líquidos dos custos da transação. Em seguida, os saldos dos empréstimos tomados são acrescidos de encargos e juros proporcionais ao período incorrido ("*pro rata temporis*"), assim como das despesas a apropriar referente aos encargos contratados até o



final do contrato, quando calculáveis.

n) Depósitos e Recursos de Aceite e Emissão de Títulos

Os depósitos e os recursos de aceite e emissão de títulos são demonstrados pelos valores das exigibilidades e consideram, quando aplicável, os encargos exigíveis até a data do balanço, reconhecidos em base *pro rata die*.

o) Demais ativos e passivos

São registrados pelo regime de competência, apresentados ao valor de custo ou de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias auferidas, até a data do balanço.

Os demais passivos são demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações monetárias incorridas.

p) Provisões

São reconhecidas quando a cooperativa tem uma obrigação presente legal ou implícita como resultado de eventos passados, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para saldar uma obrigação legal. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

q) Provisões para demandas judiciais e Passivos contingentes

São reconhecidos contabilmente quando, com base na opinião de assessores jurídicos, for considerado provável o risco de perda de uma ação judicial ou administrativa, gerando uma provável saída no futuro de recursos para liquidação das ações, e quando os montantes envolvidos forem mensurados com suficiente segurança. As ações com chance de perda possível são apenas divulgadas em nota explicativa às demonstrações contábeis e as ações com chance remota de perda não são divulgadas.

r) Obrigações legais

São aquelas que decorrem de um contrato por meio de termos explícitos ou implícitos, de uma lei ou outro instrumento fundamentado em lei, aos quais a Cooperativa tem por diretriz.

s) Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social sobre o

lucro tem incidência sobre os atos não cooperativos, situação prevista no caput do Art. 194 do Decreto 9.580/2018 (RIR2018). Entretanto, o resultado apurado em operações realizadas com cooperados não tem incidência de tributação, sendo essa expressamente prevista no caput do art. 193 do mesmo Decreto.

t) Segregação em circulante e não circulante

Os valores realizáveis e exigíveis com prazos inferiores a 360 dias estão classificados no circulante, e os prazos superiores, no longo prazo (não circulante).

u) Valor recuperável de ativos – impairment

A redução do valor recuperável dos ativos não financeiros (*impairment*) é reconhecida como perda, quando o valor de contabilização de um ativo, exceto outros valores e bens, for maior do que o seu valor recuperável ou de realização. As perdas por “*impairment*”, quando aplicável, são registradas no resultado do período em que foram identificadas.

Em 31 de dezembro de 2020 não existem indícios da necessidade de redução do valor recuperável dos ativos não financeiros.

v) Eventos subsequentes

Correspondem aos eventos ocorridos entre a data-base das demonstrações contábeis e a data de autorização para a sua emissão. São compostos por:

- **Eventos que originam ajustes:** são aqueles que evidenciam condições que já existiam na data-base das demonstrações contábeis; e
- **Eventos que não originam ajustes:** são aqueles que evidenciam condições que não existiam na data-base das demonstrações contábeis.

Não houve qualquer evento subsequente para as demonstrações contábeis encerradas em 31 de dezembro de 2020.

4. CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA

O caixa e os equivalentes de caixa, apresentados na demonstração dos fluxos de caixa, estão constituídos por:

DESCRIÇÃO	31/12/2020	31/12/2019
Caixa e depósitos bancários (a)	449.185.450,88	457.024.675,31
Relações interfinanceiras - centralização financeira (b)	290.077.491,72	380.614.253,36
TOTAL	234.088.684,71	310.728.222,76

Valores expressos em R\$ (reais)

(a) Referem-se as operações com disponibilidade imediata ou cujo vencimento na data da efetiva aplicação foi igual ou inferior a 90 dias e que apresentem risco insignificante de mudança de valor justo.

(b) Referem-se à centralização financeira das disponibilidades líquidas da Cooperativa, depositadas junto ao SICOOB CENTRAL RIO, cujos rendimentos auferidos nos exercícios findos em 31/12/2020 e 31/12/2019 foram respectivamente R\$ 7.696.482,26 e R\$ 17.972.719,25, com taxa média de 101,18% e 101,14% do CDI nos respectivos períodos.

5. TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

Em 31 de dezembro de 2020 e 2019, as aplicações em Títulos e Valores Mobiliários estavam assim compostas:

DESCRIÇÃO	31/12/2020		31/12/2019	
	Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante
Títulos de Renda Fixa	20.706.302,69	58.986.285,93	38.614.796,37	20.124.039,91
TOTAL	20.706.302,69	58.986.285,93	38.614.796,37	20.124.039,91

Valores expressos em R\$ (reais)

(a) Os Títulos de Renda Fixa referem-se, a aplicações em Letras Financeiras, custodiadas no Bancoob, com remuneração entre 100,00% e 137,00% do CDI.

Abaixo a composição por tipo de aplicação e situação de prazo:

TIPO	Até 90	De 90 a 360	Acima de 360	TOTAL
Letras Financeiras	10.835.342,90	9.870.959,78	58.986.285,93	79.692.588,61
TOTAL	10.835.342,90	9.870.959,78	58.986.285,93	79.692.588,61

Valores expressos em R\$ (reais)

Os rendimentos auferidos com Títulos e Valores Mobiliários nos exercícios findos em 31/12/2020 e 31/12/2019 foram respectivamente R\$ 2.138.419,48 e R\$ 4.133.660,51.

6. OPERAÇÕES DE CRÉDITO

a) Composição da carteira de crédito por modalidade:

DESCRIÇÃO	31/12/2020			31/12/2019
	Circulante	Não Circulante	TOTAL	
Empréstimos e Títulos Descontados	36.212.027,64	82.023.681,91	118.235.709,55	72.358.254,11
Financiamentos	1.132.679,38	2.186.373,89	3.319.053,27	1.991.702,26
Total de Operações de Crédito	37.344.707,02	84.210.055,80	121.554.762,82	74.349.956,37
(-) Provisões para Operações de Crédito	(2.932.702,79)	(4.650.602,32)	(7.583.305,11)	(6.446.745,32)
TOTAL	34.412.004,23	79.559.453,48	113.971.457,71	67.903.211,05

Valores expressos em R\$ (reais)



b) Composição por tipo de operação, e classificação por nível de risco de acordo com a Resolução CMN nº 2.682/1999:

NÍVEL / PERCENTUAL DE RISCO / SITUAÇÃO			Empréstimo / TD	Financiamentos	Total em 31/12/2020	Provisões 31/12/2020	Total em 31/12/2019	Provisões 31/12/2019
AA	-	Normal	8.153.258,50	78.718,43	8.231.976,93		6.393.682,38	
A	0,005	Normal	32.496.233,50	397.981,37	32.894.214,87	(164.471,07)	28.841.050,01	(144.205,25)
B	0,01	Normal	29.558.460,35	1.844.099,24	31.402.559,59	(314.025,60)	9.546.571,81	(95.465,72)
B	0,01	Vencidas	149.454,48	-	149.454,48	(1.494,54)	866.475,09	(8.664,75)
C	0,03	Normal	35.775.523,56	680.450,47	36.455.974,03	(1.093.679,22)	16.736.722,66	(502.101,68)
C	0,03	Vencidas	263.407,93	-	263.407,93	(7.902,24)	1.336.441,90	(40.093,26)
D	0,1	Normal	3.332.902,68	143.825,55	3.476.728,23	(347.672,82)	1.568.310,59	(156.831,06)
D	0,1	Vencidas	556.413,84	-	556.413,84	(55.641,38)	916.201,92	(91.620,19)
E	0,3	Normal	1.759.680,24	27.485,84	1.787.166,08	(536.149,82)	1.559.794,03	(467.938,21)
E	0,3	Vencidas	539.982,80	-	539.982,80	(161.994,84)	1.095.794,22	(328.738,27)
F	0,5	Normal	625.727,37	31.146,17	656.873,54	(328.436,77)	430.442,23	(215.221,12)
F	0,5	Vencidas	548.776,20	-	548.776,20	(274.388,10)	584.762,41	(292.381,21)
G	0,7	Normal	584.897,41	-	584.897,41	(409.428,81)	238.936,41	(167.255,49)
G	0,7	Vencidas	394.389,95	-	394.389,95	(276.072,96)	995.139,68	(696.597,78)
H	1	Normal	903.259,36	39.752,18	943.011,54	(943.011,54)	317.442,27	(317.442,27)
H	1	Vencidas	2.593.341,38	75.594,02	2.668.935,40	(2.668.935,40)	2.922.188,76	(2.922.188,76)
TOTAL NORMAL			113.189.942,97	3.243.459,25	116.433.402,22	(4.136.875,65)	65.632.952,39	(2.066.460,90)
TOTAL VENCIDOS			5.045.766,58	75.594,02	5.121.360,60	(3.446.429,46)	8.717.003,98	(4.380.284,42)
TOTAL GERAL			118.235.709,55	3.319.053,27	121.554.762,82	(7.583.305,11)	74.349.956,37	(6.446.745,32)
PROVISÕES			(7.388.913,12)	(194.391,99)	(7.583.305,11)		(6.446.745,32)	
TOTAL LÍQUIDO			110.846.796,43	3.124.661,28	113.971.457,71		67.903.211,05	

Valores expressos em R\$ (reais)

c) Composição da carteira de crédito por faixa de vencimento:

TIPO	Até 90	De 90 a 360	Acima de 360	TOTAL
Empréstimos e Títulos Descontados	12.811.698,21	23.400.329,43	82.023.681,91	118.235.709,55
Financiamentos	344.588,78	788.090,60	2.186.373,89	3.319.053,27
TOTAL	13.156.286,99	24.188.420,03	84.210.055,80	121.554.762,82

Valores expressos em R\$ (reais)

Obs.: Esse demonstrativo não considera as provisões para crédito de liquidação duvidosa.

d) Composição da carteira de crédito por tipo de produto, cliente e atividade econômica:

DESCRIÇÃO	Empréstimos/TD	Financiamento	31/12/2020	% da Carteira
Setor Privado - Comércio	4.373,06	-	4.373,06	0%
Setor Privado - Serviços	77.978.347,08	2.211.487,86	80.189.834,94	66%
Pessoa Física	40.252.989,41	1.107.565,41	41.360.554,82	34%
TOTAL	118.235.709,55	3.319.053,27	121.554.762,82	100%

Valores expressos em R\$ (reais)

Obs.: Esse demonstrativo não considera as provisões para crédito de liquidação duvidosa.

e) Movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa de operações de crédito:

DESCRIÇÃO	31/12/2020	31/12/2019
Saldo inicial	(6.446.745,32)	(3.308.376,84)
Constituições/ Reversões	(4.504.806,34)	(5.719.915,65)
Transferência para prejuízo	3.368.246,55	2.581.547,17
TOTAL	(7.583.305,11)	(6.446.745,32)

Valores expressos em R\$ (reais)

f) Concentração dos principais devedores:

DESCRIÇÃO	31/12/2020	% Carteira Total	31/12/2019	% Carteira Total
Maior Devedor	8.028.003,35	6,60%	6.132.385,27	8%
10 Maiores Devedores	36.904.909,40	30,35%	14.533.088,49	20%
50 Maiores Devedores	63.285.814,96	52,05%	21.274.183,83	29%

Valores expressos em R\$ (reais)

g) Movimentação de créditos baixados como prejuízo:

DESCRIÇÃO	31/12/2020	31/12/2019
Saldo inicial	5.794.576,30	3.555.425,17
Valor das operações transferidas no período	3.368.246,55	2.581.547,17
Valor das operações recuperadas no período	(342.308,40)	(266.651,14)
Valor dos descontos concedidos nas operações recuperadas	(169.020,95)	(34.632,41)
Valor baixa da operação por renegociação	(278.062,69)	(41.112,49)
TOTAL	8.373.430,81	5.794.576,30

Valores expressos em R\$ (reais)

h) Operações renegociadas:

Em 31/12/2020 as operações de crédito renegociadas pela cooperativa apresentavam um montante total de R\$ 7.169.201,90, compreendendo as composições de dívidas, prorrogações, novações de créditos e as concessões de novas operações de crédito para liquidação parcial ou total de operações anteriores.

7. OUTROS CRÉDITOS

Valores referentes às importâncias devidas à Cooperativa por pessoas físicas ou jurídicas domiciliadas no país, conforme demonstrado:



DESCRIÇÃO	31/12/2020		31/12/2019	
	Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante
Avais e Fianças Honrados (a)	121.910,72		5.463,55	
Rendas a Receber	1.407,15		-	
DIVERSOS				
Adiantamentos e antecipações salariais	58.478,79		23.793,37	
Adiantamentos para pagamentos de nossa conta (b)	156.301,71		52.188,28	
Adiantamentos por conta de imobilizações	9.557,32		528.416,81	
Pagamentos a ressarcir	96,00		-	
Devedores por depósitos em garantia		47.486,07		41.811,18
Ativos Fiscais Correntes e Diferidos	156.742,31		26.247,56	
Títulos e créditos a receber	45.645,64		13.637,50	
Devedores diversos – país (c)	347.706,23		424.494,91	
(-) PROVISÕES PARA OUTROS CRÉDITO (d)				
(-) Com características de concessão de crédito	(84.967,39)		(5.463,55)	
(-) Sem características de concessão de crédito	(15.287,71)		-	
TOTAL	797.590,77	47.486,07	1.068.778,43	41.811,18

Valores expressos em R\$ (reais)

(a) O saldo de Avais e Fianças Honrados refere-se por operações oriundas de cartões de crédito vencidos de associados da cooperativa cedidos pelo Bancoob, em virtude de coobrigação contratual.

(b) Refere-se à adiantamentos para despesas diversas R\$ 65.256,55 e outros R\$ 91.045,16.

(c) Refere-se a pendências a regularizar R\$ 5.497,38, seguros contratados a receber R\$ 138.022,63, plano de saúde a receber R\$ 130.761,39, pendências a regularizar - Bancoob R\$ 5.244,00, empresa conta descontos em folha R\$ 68.180,83.

(d) A provisão para outros créditos de liquidação duvidosa foi apurada com base na classificação por nível de risco, de acordo com a Resolução CMN nº 2.682/1999:

NÍVEL / PERCENTUAL DE RISCO / SITUAÇÃO			Avais e fianças honrados	Devedores por compra de valores e bens	Total em 31/12/2020	Provisões 31/12/2020	Total em 31/12/2019	Provisões 31/12/2019
E	0,3	Vencidas	31.275,30	-	31.275,30	(9.382,59)	-	-
F	0,5	Vencidas	6.961,76	-	6.961,76	(3.480,88)	-	-
G	0,7	Vencidas	38.565,82	-	38.565,82	(26.996,07)	-	-
H	1	Vencidas	43.263,42	1.844,42	45.107,84	(45.107,84)	5.463,55	(5.463,55)
TOTAL GERAL			120.066,30	1.844,42	121.910,72	(84.967,38)	5.463,55	(5.463,55)
PROVISÕES			(83.122,96)	(1.844,42)	(84.967,38)		(5.463,55)	
TOTAL LÍQUIDO			36.943,34	-	36.943,34		-	

Valores expressos em R\$ (reais)

8. OUTROS VALORES E BENS

Valores referentes às importâncias devidas à Cooperativa por pessoas físicas ou jurídicas domiciliadas no país, conforme demonstrado:

DESCRIÇÃO	31/12/2020	31/12/2019
Material em Estoque	3.612,00	3.038,00
Despesas Antecipadas (a)	69.297,32	60.924,16
TOTAL	72.909,32	63.962,16

Valores expressos em R\$ (reais)

(a) Registram-se ainda no grupo, as despesas antecipadas, referentes aos prêmios de seguros R\$ 43.888,78, processamento de dados R\$ 25.408,54.

9. INVESTIMENTOS

Em 31 de dezembro de 2020 e 2019, os investimentos estão assim compostos:

DESCRIÇÃO	31/12/2020	31/12/2019
Participação em Cooperativa Central de Crédito (a)	13.036.070,59	12.468.613,34
TOTAL	13.036.070,59	12.468.613,34

Valores expressos em R\$ (reais)

(a) Refere-se a cotas de capital do Sicoob Central Rio.

10. IMOBILIZADO DE USO

Demonstrado pelo custo de aquisição, menos depreciação acumulada. As depreciações são calculadas pelo método linear, com base em taxas determinadas pelo prazo de vida útil estimado conforme abaixo:

DESCRIÇÃO	Taxa depreciação	31/12/2020	31/12/2019
Terrenos - Reavaliações		282.000,00	282.000,00
Edificações	4,00%	531.458,08	531.458,08
Edificações - Reavaliações		657.991,92	657.991,92
(-) Depreciação Acum. Imóveis de Uso - Edificações		(406.215,06)	(368.507,22)
Instalações	10,00%	5.389.453,87	5.267.893,80
(-) Depreciação Acumulada de Instalações		(2.077.937,25)	(1.798.103,50)
Móveis e equipamentos de Uso	10,00%	1.296.010,26	1.275.415,72
(-) Depreciação Acum. Móveis e Equipamentos de Uso		(1.536.299,35)	(418.194,96)
Sistema de Comunicação	20,00%	186.523,15	186.523,15
Sistema de Processamento de Dados	20,00%	1.119.458,74	1.055.287,44
Sistema de Segurança	10,00%	456.730,55	210.246,78
Benfeitorias em Imóveis De Terceiros		1.731.890,03	-
(-) Depreciação Acum. Outras Imobilizações de Uso		(204.340,27)	(926.254,41)
TOTAL		7.426.724,67	5.955.756,80

Valores expressos em R\$ (reais)

(a) As imobilizações em curso serão alocadas em grupo específico após a conclusão das obras e efetivo uso, quando passaram a ser depreciadas.



11. INTANGÍVEL

Nesta rubrica registram-se os direitos que tenham por objetivo os bens incorpóreos, destinados à manutenção da instituição, como as licenças de uso de softwares.

DESCRIÇÃO	Taxa depreciação	31/12/2020	31/12/2019
Ativos Intangíveis	20,00%	862.290,58	838.375,44
(-) Amortização Acumulada de Ativos Intangíveis		(810.352,16)	(782.892,13)
TOTAL		51.938,42	55.483,31

Valores expressos em R\$ (reais)

12. DEPÓSITOS

É composto de valores cuja disponibilidade é imediata aos associados, denominado de depósitos à vista, portanto sem prazo determinado para movimentá-lo, ficando a critério do portador dos recursos fazê-lo conforme sua necessidade.

É composto também por valores pactuados para disponibilidade em prazos pré-estabelecidos, denominados depósitos a prazo, os quais recebem atualizações por encargos financeiros remuneratórios conforme a sua contratação em pós ou pré-fixada. Suas remunerações pós fixadas são calculadas com base no critério de “Pro rata temporis”; já as remunerações pré-fixadas são calculadas e registradas pelo valor futuro, com base no prazo final das operações, ajustadas, na data do demonstrativo contábil, pelas despesas a apropriar, registradas em conta redutora de depósitos a prazo.

DESCRIÇÃO	31/12/2020		31/12/2019	Taxa média (% a.m.)
	Circulante	Não Circulante		
Depósito à Vista	38.732.788,04	-	26.967.173,12	
Depósito Sob Aviso	39.169.687,87	-	41.092.200,34	0,36
Depósito a Prazo	311.659.686,13	21.020,81	327.165.922,70	0,37
TOTAL	389.562.162,04	21.020,81	395.225.296,16	

Valores expressos em R\$ (reais)

a) Concentração dos principais depositantes:

DESCRIÇÃO	31/12/2020	% Carteira Total	31/12/2019	% Carteira Total
Maior Depositante	8.000.797,46	2,14%	5.355.142,75	1%
10 Maiores Depositantes	38.206.019,67	10,23%	34.049.434,29	9%
50 Maiores Depositantes	99.987.431,04	26,81%	93.869.691,83	25%

Valores expressos em R\$ (reais)

b) Despesas com operações de captação de mercado:

TIPO	2º sem/20	2020	2º sem/19	2019
Despesas de Depósitos de Aviso Prévio	(389.817,39)	(1.096.290,15)	(1.150.638,69)	(2.421.792,87)
Despesas de Depósitos a Prazo	(3.150.056,02)	(8.820.465,72)	(9.182.307,01)	(19.430.896,01)
Despesas de Contribuição ao Fundo Garantidor de Créditos	(289.737,79)	(580.855,82)	(292.091,01)	(588.634,09)
TOTAL	(3.829.611,20)	(10.497.611,69)	(10.625.036,71)	(22.441.322,97)

Valores expressos em R\$ (reais)

13. RELAÇÕES INTERDEPENDÊNCIAS

Os recursos de terceiros que estão com a cooperativa são registrados nessa conta para posterior repasse aos associados, por sua ordem.

terceiros. Esses valores eram contabilizados no grupo de credores diversos e foram reclassificados, para melhor adequação contábil.

(a) Trata-se de cheques emitidos contra a ordem de

DESCRIÇÃO	31/12/2020	31/12/2019
Ordens de Pagamento (a)	305.000,00	183.000,00
TOTAL	305.000,00	183.000,00

Valores expressos em R\$ (reais)

14. OUTRAS OBRIGAÇÕES

DESCRIÇÃO	31/12/2020		31/12/2019	
	Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante
Cobrança e Arrecadação de Tributos e Assemelhados	4.087,01	-	11.251,63	-
Sociais e Estatutárias (14.1)	2.570.824,16	-	3.357.413,91	-
Obrigações Fiscais Correntes e Diferida (14.2)	686.483,96	-	483.468,19	-
Diversas (14.3)	1.538.492,45	138.006,36	1.943.951,00	212.894,81
TOTAL	4.799.887,58	138.006,36	5.796.084,73	212.894,81

Valores expressos em R\$ (reais)

14.1. SOCIAIS E ESTATUTÁRIAS

DESCRIÇÃO	31/12/2020	31/12/2019
Resultado de Atos com Associados (a)	1.680,47	268.634,30
Gratificações e Participações a Pagar	-	177.022,57
Cotas de Capital a Pagar (b)	2.569.143,69	2.911.757,04
TOTAL	2.570.824,16	3.357.413,91

Valores expressos em R\$ (reais)

(a) O FATES é destinado às atividades educacionais, à prestação de assistência aos cooperados, seus familiares e empregados da cooperativa, sendo constituído pelo resultado dos atos não cooperativos e 5% das sobras líquidas do ato cooperativo, conforme determinação estatutária. A classificação desses valores em contas passivas segue determinação do Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional – COSIF. Atendendo à instrução do BACEN, por meio da Carta Circular nº 3.224/2006, o Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social – FATES é registrado como exigibilidade, e utilizado em despesas para o qual



se destina, conforme a Lei nº 5.764/1971.

(b) Refere-se às cotas de capital a devolver de associados desligados.

14.2. OBRIGAÇÕES FISCAIS CORRENTES E DIFERIDA

As obrigações fiscais e previdenciárias, classificadas no passivo na conta de Outras Obrigações estão assim compostas:

DESCRIÇÃO	31/12/2020	31/12/2019
Provisão para Impostos e Contribuições s/Lucros	307.515,06	63.557,87
Impostos e Contribuições s/ Serviços de Terceiros	31.716,20	22.618,08
Impostos e Contribuições sobre Salários	219.370,31	336.265,83
Outros	127.882,39	61.026,41
TOTAL	686.483,96	483.468,19

Valores expressos em R\$ (reais)

14.3. DIVERSAS

DESCRIÇÃO	31/12/2020		31/12/2019	
	Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante
Obrigações por Aquisição de Bens e Direitos	150,00	-	40.375,86	-
Obrigações de Pagamento em nome de Terceiros	37.029,70	-	9.993,46	-
Provisão para Pagamentos a Efetuar (a)	888.362,67	-	1.187.109,80	-
Provisão para Passivos Contingentes (b)	-	134.040,07	-	204.430,02
Provisão para Garantias Financeiras Prestadas (c)	226.878,49	3.966,29	208.020,19	8.464,79
Credores Diversos – País (d)	386.071,59	-	498.451,69	-
TOTAL	1.538.492,45	138.006,36	1.943.951,00	212.894,81

Valores expressos em R\$ (reais)

(a) Referem-se à provisão para pagamento de despesas com pessoal R\$ 708.667,32, outras despesas administrativas R\$ 179.673,40 e outros R\$ 21,95.

(b) Refere-se a provisão para ações cíveis e trabalhistas em que a cooperativa é parte envolvida, detalhamento das ações em nota 32.

(c) Refere-se à contabilização da provisão para garantias financeiras prestadas, apurada sobre o total das coobrigações concedidas pela singular, conforme Resolução CMN nº 4.512/2016. Em 31 de dezembro de 2020, a cooperativa é responsável por coobrigações e riscos em garantias prestadas, no montante de R\$ 10.081.668,51 (R\$ 9.249.453,45 em 31/12/2019), referentes a aval prestado em diversas operações de crédito de seus associados com instituições financeiras oficiais. A provisão para garantias financeiras prestadas é apurada com base na avaliação de risco dos cooperados beneficiários, de acordo com a Resolução CMN nº 2.682/1999.

(d) Referem-se a pendências a regularizar R\$ 20.756,63, pendências a regularizar Bancoob R\$ 201.814,88, cheques depositados R\$ 8.821,25, credores diversos-liquidação cobrança R\$ 112.083,31, devolução saldo credor – cartões R\$ 142,23 e outros R\$ 42.453,29.

15. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

O SICOOB CECREMEF opera com diversos instrumentos financeiros, com destaque para disponibilidades, aplicações interfinanceiras de liquidez, títulos e valores mobiliários, relações interfinanceiras, operações de crédito, depósitos à vista e a prazo, empréstimos e repasses.

Os instrumentos financeiros ativos e passivos estão registrados no balanço patrimonial a valores contábeis, os quais se aproximam dos valores justos.

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019, a cooperativa não realizou operações envolvendo instrumentos financeiros derivativos.

16. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital social

O capital social é representado por cotas-partes no valor nominal de R\$ 1,00 cada e integralizado por seus cooperados. De acordo com o Estatuto Social cada cooperado tem direito em a um voto, independentemente do número de suas cotas-partes.

DESCRIÇÃO	31/12/2020	31/12/2019
Capital Social	52.012.198,80	52.704.229,28
Associados	11.750	11.492

Valores expressos em R\$ (reais)

b) Reserva de reavaliação

Conforme Laudo de Reavaliação do Imóvel, de uso próprio do SICOOB CECREMEF, realizado e aprovado em AGE em 29 de outubro de 2007, constituiu-se Reserva de Reavaliação no valor de R\$ 939.991,91, sendo para o Terreno R\$ 282.000,00 e a Edificação R\$ 657.991,91, apropriado em 480 meses e amortizado o valor mensal de (R\$ 1.958,22). Movimentação:

DESCRIÇÃO	31/12/2020
Reserva de Reavaliação - Constituída em outubro de 2007	939.991,91
Amortização 2007 a 2015	(192.520,24)
Amortização 2016	(23.498,64)
Amortização 2017	(23.499,74)
Amortização 2018	(23.499,84)
Amortização 2019	(23.499,84)
Amortização 2020	(23.499,84)
TOTAL	629.973,77

Valores expressos em R\$ (reais)

c) Fundo de reserva

Representada pelas destinações estatutárias das sobras, no percentual de 10%, utilizada para reparar perdas e atender ao desenvolvimento de suas Atividades.

d) Sobras acumuladas

As sobras são distribuídas e apropriadas conforme Estatuto Social, normas do Banco Central do Brasil e posterior deliberação da Assembleia Geral Ordinária (AGO). Atendendo à instrução do BACEN, por meio da Carta Circular nº 3.224/2006, o Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social – FATES é registrado como exigibilidade, e



utilizado em despesas para o qual se destina, conforme a Lei nº 5.764/1971.

Em Assembleia Geral Ordinária, realizada em 25/07/2020, os cooperados deliberaram pela absorção do prejuízo no exercício findo em 31 de dezembro de 2019, pelo fundo de reserva no valor de R\$ 3.404.625,87.

e) Destinações estatutárias e legais

A sobra líquida do exercício terá a seguinte destinação:

DESCRIÇÃO	2020	2019
Perdas líquida do exercício	(555.995,04)	(3.428.125,71)
Perdas líquida decorrente de atos não-cooperativos apropriado ao FATES		
Perdas líquida, base de cálculo das destinações	(555.995,04)	(3.428.125,71)
Destinações estatutárias		
Reserva legal - 10%	-	-
Fundo de assistência técnica, educacional e social - 5%	-	-
Reversão de reserva de reavaliação	23.500	23.500
Perdas à disposição da Assembleia Geral	(532.495,20)	(3.404.625,87)

Valores expressos em R\$ (reais)

17. RESULTADO DE ATOS NÃO COOPERATIVOS

O resultado de atos não cooperativos tem a seguinte composição:

DESCRIÇÃO	2020	2019
Receita de prestação de serviços	1.153.505,10	816.880,35
Despesas específicas de atos não cooperativos	(141.042,22)	(109.932,83)
Despesas apropriadas na proporção das receitas de atos não cooperativos	(189.632,43)	16.702
Resultado operacional	822.830,45	723.649,56
Receitas (despesas) não operacionais, líquidas	(6.345,76)	(32.270,10)
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	816.485	691.379
Imposto de Renda e Contribuição Social	(304.384,31)	(252.551,79)
(-) Outras Deduções Res. 129/18 e Res 145/16	(796.291,98)	(547.575,77)
Resultado de atos não cooperativos (lucro líquido)	(284.191,60)	(108.748,10)

Valores expressos em R\$ (reais)

18. RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO

TIPO	2º sem/20	31/12/2020	2º sem/19	31/12/2019
Rendas de Adiantamentos a Depositantes	38.597,57	59.111,47	18.222,79	34.596,49
Rendas de Empréstimos	8.902.714,40	17.016.780,72	8.437.859,09	16.811.898,84
Rendas de Direitos Creditórios Descontados	376.285,82	995.650,58	467.261,08	727.523,04
Rendas de Financiamentos	280.796,37	492.554,22	226.380,17	509.136,40
Recuperação de créditos baixados como prejuízo	529.727,25	616.247,53	170.921,53	298.464,94
TOTAL	10.128.121,41	19.180.344,52	9.320.644,66	18.381.619,71

Valores expressos em R\$ (reais)

19. DESPESAS DE INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA

TIPO	2º sem/20	31/12/2020	2º sem/19	31/12/2019
Despesas De Captação	(3.829.611,20)	(10.497.611,69)	(10.625.036,71)	(22.441.322,97)
Provisões para Operações de Crédito	(4.716.798,90)	(9.297.353,58)	(4.315.889,98)	(7.650.412,08)
Operações de Crédito de Liquidação Duvidosa	(1.928.368,81)	(3.121.701,04)	(1.052.100,85)	(1.936.232,66)
Provisões para Outros Créditos	(85.019,95)	(100.377,94)	(3.824,48)	(12.254,78)
Outros Créditos de Liquidação Duvidosa	-	-	5.745,74	5.745,74
TOTAL	(6.703.061,24)	(16.773.642,17)	(13.886.904,58)	(28.162.011,43)

Valores expressos em R\$ (reais)

20. RECEITAS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

TIPO	2º sem/20	31/12/2020	2º sem/19	31/12/2019
Rendas de Cobrança	402.311,73	710.740,02	252.810,98	388.454,60
Rendas de outros serviços	1.234.391,32	2.150.459,66	850.031,61	1.613.610,09
TOTAL	1.636.703,05	2.861.199,68	1.102.842,59	2.002.064,69

Valores expressos em R\$ (reais)

21. RENDAS DE TARIFAS BANCÁRIAS

TIPO	2º sem/20	31/12/2020	2º sem/19	31/12/2019
Rendas de Pacotes de Serviços - PF	7.666,90	11.137,40	1.628,38	2.131,38
Rendas de Serviços Prioritários - PF	88.739,30	167.835,80	95.112,41	177.156,70
Rendas de Tarifas Bancárias - PJ	563.536,13	781.329,75	185.969,80	266.468,23
TOTAL	659.942,33	960.302,95	282.710,59	445.756,31

Valores expressos em R\$ (reais)



22. DESPESAS DE PESSOAL

TIPO	2º sem/20	31/12/2020	2º sem/19	31/12/2019
Despesas de Honorários - Conselho Fiscal	(65.664,00)	(129.804,96)	(80.759,00)	(162.351,00)
Despesas de Honorários - Diretoria e Conselho de Administração	(661.258,38)	(1.326.690,34)	(1.013.466,96)	(2.038.345,63)
Despesas de Pessoal - Benefícios	(1.095.518,63)	(2.110.327,98)	(1.223.155,62)	(2.498.704,96)
Despesas de Pessoal - Encargos Sociais	(927.385,14)	(1.740.614,28)	(1.056.979,62)	(2.119.324,41)
Despesas de Pessoal - Proventos	(1.837.628,30)	(3.778.683,51)	(3.237.170,40)	(5.658.943,93)
Despesas de Pessoal - Treinamento	-	-	-	(210,00)
Despesas de Remuneração de Estagiários	(28.611,77)	(63.570,51)	(63.073,33)	(98.976,04)
TOTAL	(4.616.066,22)	(9.149.691,58)	(6.674.604,93)	(12.576.855,97)

Valores expressos em R\$ (reais)

23. OUTROS DISPÊNDIOS ADMINISTRATIVOS

TIPO	2º sem/20	31/12/2020	2º sem/19	31/12/2019
Despesas de Água, Energia e Gás	(81.988,52)	(163.368,22)	(69.298,02)	(142.833,95)
Despesas de Aluguéis	(484.536,66)	(875.163,12)	(295.476,25)	(563.019,02)
Despesas de Comunicações	(207.126,17)	(420.609,22)	(299.381,95)	(514.338,65)
Despesas de Manutenção e Conservação de Bens	(51.024,87)	(92.448,80)	(100.497,01)	(216.655,50)
Despesas de Material	(42.934,84)	(77.588,46)	(19.498,04)	(47.163,30)
Despesas de Processamento de Dados	(547.099,67)	(1.031.098,27)	(425.836,93)	(766.162,46)
Despesas de Promoções e Relações Públicas	-	(21.035,95)	-	-
Despesas de Propaganda e Publicidade	(44.441,66)	(150.406,41)	(74.471,03)	(233.903,49)
Despesas de Publicações	(700,00)	(700,00)	-	(750,00)
Despesas de Seguros	(44.644,64)	(68.067,86)	(23.073,91)	(55.975,89)
Despesas de Serviços do Sistema Financeiro	(630.051,19)	(1.240.068,73)	(676.156,34)	(1.250.729,33)
Despesas de Serviços de Terceiros	(205.625,74)	(319.070,15)	(100.488,93)	(223.658,60)
Despesas de Serviços de Vigilância e Segurança	(277.750,06)	(479.680,51)	(202.102,97)	(406.894,30)
Despesas de Serviços Técnicos Especializados	(263.226,51)	(494.401,11)	(214.230,94)	(488.474,98)
Despesas de Transporte	(52.261,25)	(86.529,74)	(33.430,69)	(57.730,17)
Despesas de Viagem no País	(2.332,88)	(10.220,32)	(23.686,36)	(52.958,31)
Despesas de Amortização	(14.578,91)	(27.460,03)	(14.908,23)	(31.291,48)
Despesas de Depreciação	(664.457,66)	(1.108.859,05)	(386.625,40)	(701.582,98)
Outras Despesas Administrativas	(265.770,27)	(481.522,80)	(210.800,71)	(423.921,33)
Emolumentos judiciais e cartorários	(183.099,03)	(373.489,56)	(85.583,01)	(98.743,23)
Contribuição a OCE	(65.074,39)	(131.074,78)	(68.261,23)	(136.522,45)
Rateio de despesas da Central	(709.249,39)	(1.671.607,64)	(884.234,67)	(1.748.785,65)
Rateio de despesa do Sicoob conf.	(72.738,91)	(165.297,61)	(89.084,95)	(191.267,45)
Rateio de despesa do Sicoob Conf.	(4.910.713,22)	(9.489.768,34)	(4.297.127,57)	(8.353.362,52)

Valores expressos em R\$ (reais)

24. OUTRAS RECEITAS OPERACIONAIS

TIPO	2º sem/20	31/12/2020	2º sem/19	31/12/2019
Recuperação de Encargos e Despesas	11.105,28	204.417,05	88.811,23	102.741,61
Deduções e abatimentos	26.079,86	53.969,05	27.732,34	66.333,58
Distribuição de sobras da central	73.068,68	73.068,68	-	355.935,84
Taxa de Administração para funcionamento da cooperativa	517.971,00	517.971,00	550.930,00	550.930,00
Atualização depósitos judiciais	4.555,34	4.671,95	-	-
Outras rendas operacionais	359.915,78	893.191,75	993.925,67	1.857.233,05
Rendas oriundas de cartões de crédito	538.998,77	1.158.024,02	617.295,87	1.052.025,39
TOTAL	1.531.694,71	2.905.313,50	2.278.695,11	3.985.199,47

Valores expressos em R\$ (reais)

25. OUTRAS DESPESAS OPERACIONAIS

TIPO	2º sem/20	31/12/2020	2º sem/19	31/12/2019
Operações de Crédito - Despesas de Descontos Concedidos em Renegociações	(18.056,63)	(18.056,63)	-	-
Outras Despesas Operacionais	(104.716,00)	(194.910,32)	(411.742,66)	(792.620,79)
Descontos concedidos - operações de crédito	(15,24)	(14.747,39)	(7.149,93)	(31.196,50)
Cancelamento - tarifas pendentes	(28.677,50)	(42.802,00)	(12.386,50)	(17.181,00)
Provisão para Passivos Contingentes	(98.489,25)	20.591,05	81.619,11	54.215,16
Provisão para Garantias Prestadas	(33.695,72)	(14.359,80)	(10.021,20)	58.465,62
TOTAL	(283.650,34)	(264.285,09)	(359.681,18)	(728.317,51)

Valores expressos em R\$ (reais)

26. RESULTADO NÃO OPERACIONAL

TIPO	2º sem/20	31/12/2020	2º sem/19	31/12/2019
Ganhos de Capital	2.758,86	144.320,83	10.904,13	28.878,36
Outras Rendas não Operacionais	8,85	8,85	795,37	795,37
(-) Perdas de Capital	(8.261,04)	(150.646,64)	(4.158,35)	(61.943,83)
(-) Despesas de Provisões não Operacionais	(28,80)	(28,80)	-	-
RESULTADO LÍQUIDO	(5.522,13)	(6.345,76)	7.541,15	(32.270,10)

Valores expressos em R\$ (reais)

27. PARTES RELACIONADAS

As partes relacionadas existentes são as pessoas físicas que têm autoridade e responsabilidade de planejar, dirigir e controlar as atividades da cooperativa e membros próximos da família de tais pessoas.

As operações são realizadas no contexto das atividades operacionais da Cooperativa e de suas atribuições estabelecidas em regulamentação específica.

As operações com tais partes relacionadas não são relevantes no contexto global das operações da cooperativa, e caracterizam-se basicamente por transações financeiras em regime normal de operações, com observância irrestrita das limitações impostas pelas normas do Banco Central, tais como movimentação de contas correntes, aplicações e resgates de RDC e operações de crédito.



As garantias oferecidas em razão das operações de crédito são: avais, garantias hipotecárias, caução e alienação fiduciária.

a) Montante das operações ativas e passivas no exercício de 2020:

TIPO	Valores	% em Relação à Carteira Total	Provisão de Risco
P.R. – Vínculo de Grupo Econômico	19.513,21	0,02%	373,56
P.R. – Sem vínculo de Grupo Econômico	51.199,55	0,04%	103,19
TOTAL	70.712,76	0,06%	476,75
Montante das Operações Passivas	516.766,09	0,56%	

Valores expressos em R\$ (reais)

b) Operações ativas e passivas – saldo em 2020:

Natureza da Operação de Crédito	Valor da Operação de Crédito	PCLD (Provisão para Crédito de Liquidação Duvidosa)	% da Operação de Crédito em Relação à Carteira Total
Cheque Especial	3.731,78	29,24	0,2181%
Empréstimos	48.231,41	243,78	0,0423%
Financiamentos	1.956,10	9,78	0,0589%
			Valores expressos em R\$ (reais)
Natureza dos Depósitos	Valor do Depósito	% em Relação à Carteira Total	Taxa Média - %
Depósitos a Vista	153.486,54	0,3999%	0,0000%
Depósitos a Prazo	4.704.724,22	1,3409%	0,1644%

Valores expressos em R\$ (reais)

c) Foram realizadas transações com partes relacionadas, na forma de: depósito a prazo, cheque especial, conta garantida, cheques descontados, crédito rural – RPL, crédito rural – repasses, empréstimos, dentre outras, à taxa/remuneração relacionada no quadro abaixo, por modalidade:

Natureza das Operações Ativas e Passivas	Taxas Média Aplicadas em Relação às Partes Relacionadas a.m.	Prazo médio (a.m.)
Empréstimos	2,58%	0,0000%
Financiamentos Rurais - repasses	1,24%	0,0000%
Aplicação Financeira - Pós Fixada	317,14%	0,0000%

(*) Conforme Política de Crédito do Sistema Sicoob, as operações realizadas com membros de órgãos estatutários e pessoas ligadas a estes são aprovadas em âmbito do conselho da administração ou, quando delegada formalmente, pela diretoria executiva, bem como são alvo de acompanhamento especial pela administração da cooperativa. As taxas aplicadas seguem o normativo vigente à época da concessão da operação.

PERCENTUAL EM RELAÇÃO À CARTEIRA GERAL MOVIMENTAÇÃO NO EXERCÍCIO DE 2020

Empréstimos e Financiamentos	0,04%
Aplicações Financeiras	0,56%

d) No exercício de 2020 os benefícios monetários destinados às partes relacionadas foram representados por honorários e custeio parcial de plano de saúde, apresentando-se da seguinte forma:

DESCRIÇÃO	BENEFÍCIOS MONETÁRIOS NO EXERCÍCIO DE 2020 (R\$)		BENEFÍCIOS MONETÁRIOS NO EXERCÍCIO DE 2019 (R\$)	
	2º sem/20	31/12/2020	2º sem/19	31/12/2019
Honorários - Diretoria e Conselho de Administração	(633.751,98)	(1.147.313,96)	(980.459,22)	(1.972.064,41)
Encargos Sociais	(163.438,93)	(295.881,94)	(252.852,21)	(508.578,87)
Vale refeição/alimentação	(27.506,40)	(59.576,38)	(33.007,74)	(66.281,22)

Valores expressos em R\$ (reais)

28. COOPERATIVA CENTRAL

A COOPERATIVA DE ECONOMIA E CRÉDITO MÚTUO DOS EMPREGADOS DE FURNAS E DAS DEMAIS EMPRESAS DO SISTEMA ELETROBRÁS LTDA - SICOOB CECREMEF, em conjunto com outras cooperativas singulares, é filiada à COOPERATIVA CENTRAL DE CRÉDITO DO RIO DE JANEIRO LTDA - SICOOB CENTRAL RIO, que representa o grupo formado por suas afiliadas perante as autoridades monetárias, organismos governamentais e entidades privadas.

O SICOOB CENTRAL RIO, é uma sociedade cooperativista que tem por objetivo a organização em comum em maior escala dos serviços econômico-financeiros e assistenciais de suas filiadas (cooperativas singulares), integrando e orientando suas atividades, de forma autônoma e independente, através dos instrumentos previstos na legislação pertinente e normas exaradas pelo Banco Central do Brasil, bem como facilitando a utilização recíproca dos serviços, para consecução de seus objetivos.

Para assegurar a consecução de seus objetivos, cabe ao SICOOB CENTRAL RIO a coordenação das atividades de suas filiadas, a difusão e fomento do cooperativismo de crédito, a orientação e aplicação dos recursos captados, a implantação e implementação de controles internos voltados para os

sistemas que acompanhem informações econômico-financeiras, operacionais e gerenciais, entre outras.

O SICOOB CECREMEF responde solidariamente pelas obrigações contraídas pelo SICOOB CENTRAL RIO perante terceiros, até o limite do valor das cotas-partes do capital que subscrever, proporcionalmente à sua participação nessas operações.

Saldos das transações da Cooperativa com a SICOOB CENTRAL RIO:

DESCRIÇÃO	31/12/2020	31/12/2019
Ativo	245.592.556,19	322.532.227,89
Relações interfinanceiras - Centralização financeira	232.556.485,60	310.063.614,55
Investimentos – Participações	13.036.071	12.468.613

Valores expressos em R\$ (reais)

29. GERENCIAMENTO DE RISCO

A gestão integrada de riscos e de capital no âmbito das cooperativas do Sicoob é realizada de forma centralizada pelo Sicoob Confederação, abrangendo, no mínimo, os riscos de crédito, mercado, liquidez, operacional, socioambiental, continuidade de negócios e de gerenciamento de capital.



A política institucional de gestão integrada de riscos e de capital, bem como as diretrizes de gerenciamento dos riscos e de capital são aprovados pelo Conselho de Administração do Sicoob Confederação.

A estrutura centralizada de gerenciamento de riscos e de capital é compatível com a natureza das operações e à complexidade dos produtos e serviços oferecidos, sendo proporcional à dimensão da exposição aos riscos das entidades do Sicoob.

29.1. RISCO OPERACIONAL

O processo de gerenciamento do risco operacional consiste na avaliação qualitativa dos riscos por meio das etapas de identificação, avaliação, tratamento, documentação e armazenamento de informações de perdas operacionais e de recuperação de perdas operacionais, testes de avaliação dos sistemas de controle, comunicação e informação.

Os resultados desse processo são apresentados à Diretoria Executiva e ao Conselho de Administração.

A metodologia de alocação de capital, para fins do Acordo de Basileia II, utilizada para determinação da parcela de risco operacional (RWAopad) é a Abordagem do Indicador Básico (BIA).

29.2. RISCO DE MERCADO E DE LIQUIDEZ

O gerenciamento do risco de mercado é o processo que visa quantificar a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes da flutuação nos valores de mercado de instrumentos detidos pelas cooperativas, e inclui o risco da variação das taxas de juros e dos preços de ações, para os instrumentos classificados na carteira de negociação (trading) e o risco da variação cambial e dos preços de mercadorias (commodities), para os instrumentos classificados na carteira de negociação ou na carteira bancária (banking).

O processo de gerenciamento do risco de liquidez lida com a possibilidade de a cooperativa não ser capaz de honrar eficientemente suas obrigações esperadas e

inesperadas, correntes e futuras, incluindo as decorrentes de vinculação de garantias, sem afetar suas operações diárias e sem incorrer em perdas significativas.

No processo de gerenciamento do risco de mercado e da liquidez das cooperativas são realizados os seguintes procedimentos:

- a) Utilização do VaR – *Value at Risk* para mensurar o risco de mercado das cooperativas;
- b) Análise de descasamentos entre ativos e passivos para avaliação de impacto na margem financeira das cooperativas;
- c) Definição de limite máximo para a exposição a risco de mercado;
- d) Realização periódica de *backtest* do VaR das carteiras das cooperativas e dos modelos de cálculo de risco de mercado;
- e) Definição de limite mínimo de liquidez para as cooperativas;
- f) Projeção do fluxo de caixa das cooperativas para 90 (noventa) dias;
- g) Diferentes cenários de simulação de perda em situações de *stress*.

29.3. GERENCIAMENTO DE CAPITAL

O gerenciamento de capital é o processo contínuo de monitoramento e controle do capital, mantido pela cooperativa para fazer face aos riscos a que está exposta, visando atingir os objetivos estratégicos estabelecidos.

29.4. RISCO DE CRÉDITO E RISCO SOCIOAMBIENTAL

O gerenciamento de risco de crédito objetiva garantir a aderência às normas vigentes, maximizar o uso do capital e minimizar os riscos envolvidos nos negócios de crédito por meio das boas práticas de gestão de riscos.

O gerenciamento do risco socioambiental consiste na identificação, classificação, avaliação e no tratamento dos riscos com

possibilidade de ocorrência de perdas decorrentes de danos socioambientais.

Compete ao gestor centralizado (Sicoob Confederação) a padronização de processos, de metodologias de análises de risco de clientes e de operações, da criação e de manutenção de política única de risco de crédito e socioambiental para o Sicoob, além do monitoramento das carteiras de crédito das cooperativas.

29.5. GESTÃO DE CONTINUIDADE DE NEGÓCIOS

A Gestão de Continuidade de Negócios (GCN) é um processo abrangente de gestão que identifica ameaças potenciais de descontinuidade das operações de negócios para a organização e possíveis impactos, caso essas ameaças se concretizem.

O Sicoob Confederação realiza Análise de Impacto (AIN) para identificar processos críticos sistêmicos, com objetivo de definir estratégias para continuidade desses processos e, assim, resguardar o negócio de interrupções prolongadas que possam ameaçar sua continuidade. O resultado da AIN é baseado nos impactos financeiro, legal e de imagem.

São elaborados, anualmente, Planos de Continuidade de Negócios (PCN) contendo os principais procedimentos a serem executados para manter as atividades em funcionamento em momentos de contingência. Os Planos de Continuidade de Negócios são classificados em: Plano de Continuidade Operacional (PCO) e Plano de Recuperação de Desastre (PRD).

Visando garantir sua efetividade, são realizados anualmente testes nos Planos de Continuidade de Negócios (PCN).

30. SEGUROS CONTRATADOS – NÃO AUDITADO

A Cooperativa adota política de contratar seguros de diversas modalidades, cuja cobertura é considerada suficiente pela Administração e agentes seguradores

para fazer face à ocorrência de sinistros. As premissas de riscos adotados, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de auditoria das demonstrações contábeis, conseqüentemente, não foram examinadas pelos nossos auditores independentes.

Em 31 de dezembro de 2020, os seguros contratados estão assim compostos:

DESCRIÇÃO	31/12/2020	31/12/2019
Valores	-	360.000,00
Patrimonial	7.185.000,00	4.321.000,00

Valores expressos em R\$ (reais)

31. ÍNDICE DE BASILEIA

As instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil devem manter, permanentemente, o valor do Patrimônio de Referência (PR), apurado nos termos da Resolução CMN nº. 4.192, de 01/03/2013, compatível com os riscos de suas atividades, sendo apresentado abaixo cálculo dos limites:

DESCRIÇÃO	31/12/2020	31/12/2019
Patrimônio de referência (PR)	47.905.473,83	49.840.206,53
Ativos ponderados pelo risco (RWA)	252.431.178,72	208.692.977,59
Índice de basileia (mínimo 13%) - %	18,98	23,88
Imobilizado para cálculo do limite	10.507.724,98	9.036.757,11
Índice de imobilização (limite 50%) - %	21,93	18,13

Valores expressos em R\$ (reais)



32. PROVISÃO PARA DEMANDAS JUDICIAIS

É estabelecida considerando a avaliação dos consultores jurídicos quanto às chances de êxito em determinados questionamentos fiscais e trabalhistas em que a cooperativa é parte envolvida. Dessa forma, são constituídas as seguintes provisões:

DESCRIÇÃO	31/12/2020		31/12/2019	
	Provisão para Demandas Judiciais	Depósitos Judiciais	Provisão para Demandas Judiciais	Depósitos Judiciais
Cíveis	60.952,53	18.134,84	140.304,08	18.134,84
Trabalhistas	73.087,54	22.672,06	64.125,94	18.292,95
TOTAL	134.040,07	40.806,90	204.430,02	36.427,79

Valores expressos em R\$ (reais)

a) Segundo a assessoria jurídica do SICOOB CECREMEF, existem processos judiciais nos quais a cooperativa figura como polo passivo, os quais foram classificados com risco de perda possível, totalizando R\$ 14.501.399,84. Essas ações abrangem, basicamente, processos trabalhistas ou cíveis, dentre os quais destacam-se 4 processos tributários, totalizando em R\$ 13.856.038,29 e 17 processos de natureza cível R\$ 645.361,45. Os processos classificados com risco de perda provável, totalizaram R\$ 134.040,07 e foram provisionadas na sua totalidade, em conformidade à Resolução CMN nº 3.823/09.

Rio de Janeiro-RJ, 19 de fevereiro de 2021.

MAURO DA SILVA ALVES
Diretor Presidente

MARCELO JOSÉ DA SILVA AZEREDO
Diretor Administrativo/Financeiro

CARLOS SOARES DE SOUZA
Diretor Operacional

MINA FISZMAN
Diretora Social

CELMA CRISTINA SGORLON CAVALCANTE
Contadora CRC 064309/O-8 PR

RELATÓRIO DE AUDITORIA SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Ao Conselho de Administração, à Administração e aos Cooperados da Cooperativa de Economia e Crédito Mútuo dos Empregados de Furnas e das demais Empresas do Sistema Eletrobrás Ltda - SICCOB CECREMEF

RIO DE JANEIRO - RJ

OPINIÃO

Examinamos as demonstrações contábeis da Cooperativa de Economia e Crédito Mútuo dos Empregados de Furnas e das demais Empresas do Sistema Eletrobrás Ltda - SICCOB CECREMEF, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2020 e as respectivas demonstrações de sobras ou perdas, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do SICCOB CECREMEF em 31 de dezembro de 2020, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (BACEN).

BASE PARA OPINIÃO

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à cooperativa, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética

Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

OUTRAS INFORMAÇÕES QUE ACOMPANHAM AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS E O RELATÓRIO DO AUDITOR

A administração da Cooperativa é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com o nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

RESPONSABILIDADES DA ADMINISTRAÇÃO E DA GOVERNANÇA PELAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições financeiras autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e pelos controles internos que ela



determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a cooperativa continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a cooperativa ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da cooperativa são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

RESPONSABILIDADES DO AUDITOR PELA AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional, e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

Identificamos e avaliamos o risco de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independente se causada por fraude ou erro,

planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, e conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

Obtivemos o entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da cooperativa.

Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza significativa em relação a eventos ou circunstâncias que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da cooperativa. Se concluímos que existe incerteza significativa devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a cooperativa a não mais se manter em continuidade operacional.

Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Belo Horizonte/MG, 03 de março de 2021.



**ELISÂNGELA DE CÁSSIA LARA
CONTADORA CRC MG 086.574/O**

PARECER DO CONSELHO FISCAL

Os membros do Conselho Fiscal da Cooperativa de Economia e Crédito Mútuo dos Empregados de Furnas e das Demais Empresas do Sistema Eletrobrás Ltda. – SICOOB CECREMEF, após procederem ao exame do relatório da administração e das demonstrações contábeis, relativos ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020, verificaram a exatidão de todos os elementos apreciados e, à vista do relatório da auditoria externa da CNAC Confederação Nacional de Auditoria Cooperativa, emitido em 03 de março de 2021, entendem que esses documentos refletem adequadamente a situação patrimonial, a posição financeira e as atividades desenvolvidas pela Cooperativa no período.

Rio de Janeiro, 08 de março de 2021.

ANA PAULA DOS SANTOS PEREIRA
Conselheira Efetiva

PAULO SÉRGIO MONTENEGRO DA SILVA
Conselheiro Efetivo

PAULO CÉZAR DA SILVA
Conselheiro Efetivo

FLÁVIO DE OLIVEIRA PINHEIRO
Conselheiro Suplente

JOSÉ OLAVO GUEDES PINTO
Conselheiro Suplente

ROSÂNGELA MARIA BLANCO DA SILVA
Conselheira Suplente

PROJETO GRÁFICO E EDITORIAL

SICOOB CECREMEF

Textos: Marcelo José da Silva Azeredo

Revisão: Lisane Ramalho

Design: Amanda Lopes



Somos feitos de



SICOOB
Cecremef

**VA
LO
RES**

